

Sobre invenções e capturas: lutas, educação física e currículo

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700030571>

Arisson Vinícius Landgraf GONÇALVES*
Mérid Rosane Santos da SILVA*

*Instituto de
Educação,
Universidade Federal
do Rio Grande, Rio
Grande, RS, Brasil.

Resumo

Delimitado pelo tema da constituição recente das lutas como objeto desejado por currículos escolares e acadêmicos de Educação Física, este artigo tem por objetivo problematizar a produção das lutas enquanto um saber que tem merecido a dedicação de uma ordem discursiva acadêmica, científica e pedagógica. A partir de um movimento de pesquisa inspirado no referencial foucaultiano, foi ativado um exercício problematizador guiado por perguntas do tipo: *como* e *por que* as lutas se constituem enquanto parte do pensamento da Educação Física? Como resultado, pudemos observar as lutas enquanto o produto de capturas e processos inventivos que põem em funcionamento constantes práticas de significação acerca dos seus aspectos educativos. O destaque de alguns marcos constituintes dessa relação de pertencimento como a apropriação pelas correntes ginásticas e esportivas, sua inserção em currículos de formação e a disputa jurídica acerca de seu reconhecimento como mercado de trabalho, indicam processos descontínuos e contingentes pelos quais tais práticas se constituem em objeto de saber potente ao exercício de produção do conhecimento em Educação Física atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Currículo; Práticas de Significação; Problematização; Lutas.

Introdução

Com relação à produção de conhecimento em Educação Física não é de se estranhar a proliferação de propostas organizacionais de seus saberes. Quando consideramos manifestações corporais, como as lutas, a situação não é diferente. Na busca por defini-las, é possível perceber um movimento que legitima esse conhecimento a partir de sua inserção e potencialização enquanto conteúdo escolar, esporte, estilo de vida, manifestação cultural, ao mesmo tempo em que as constitui como um saber condizente com as delimitações que desenham a Educação Física. Por conseguinte, temos uma proliferação de definições acerca de tais práticas que nem sempre se demonstram tão diferentes quanto suas distintas nomeações indicam. Lutas, artes marciais, esportes de combate, jogos de oposição e desportos de ataque e defesa, são algumas possibilidades de se fazer referência a elas.

Como um dos efeitos desse exercício de classificação, é possível destacarmos uma

potente tentativa orientadora de como praticar, ensinar e pensar as lutas. Encontramos em tais empreendimentos, desde críticas ao processo de ensino-aprendizagem a algumas modalidades em espaços não escolares, como o trabalho de LOPES e TAVARES¹, até propostas objetivas de organização e sistematização do ensino dessas práticas como conteúdo da Educação Física escolar, contidas nas pesquisas de NASCIMENTO e ALMEIDA², CAZETTO³, GOMES et al.⁴ e LIMA JUNIOR e CHAVES JUNIOR⁵.

Na esteira de proliferação do tema, também é possível notarmos pesquisas que o discutem por seus aspectos esportivos de desempenho, tratadas nas publicações de SILVA e CARVALHO⁶, NAVARRO et al.⁷, MILANEZ et al.⁸, PEREIRA et al.⁹, assim como pesquisas que elaboram diferentes críticas e oposições ao entendimento esportivizado ou escolarizado das lutas. Os artigos de RIOS¹⁰, THOMAZINE et al.¹¹, RODRIGUES¹² e YONEZAWA¹³

ressaltam a valorização da originalidade dessas práticas corporais e reconhecimento de uma essência que deve ser preservada diante das transformações relacionadas às significações esportivas e às tentativas de sistematizações do seu ensino.

Nesse contexto, podemos perceber que as argumentações sobre essa temática são guiadas pelas diversas bases epistemológicas que constituem a Educação Física. Alvo de distintas perspectivas teóricas e objeto de diferentes pressupostos metodológicos, elas se constituem como um saber pertinente, necessário e passível de discussão. Mais que isso, podemos dizer que são as disputas, na ordem de um discurso acadêmico, científico e pedagógico, que estabelecem e alimentam a busca por formas verdadeiras e satisfatórias de enxergá-las entre delimitações curriculares.

Diante desse cenário, torna-se possível exercitarmos a suspeita do que muitas vezes é tomado por óbvio e, sem causar estranhamentos, transforma algumas práticas sociais em objetos de desejo para determinados currículos. Assim, assumimos como ponto de partida a ideia de currículo enquanto prática de significação, uma questão de saber, identidade, poder e resultado de contingências sócio-históricas que destacam seu caráter construtivo e inventivo^{14,15}. Tratarmos as lutas como objeto de desejo de currículos escolares e universitários implica, neste caso, evidenciarmos os aspectos contingentes que tornam esse arranjo possível.

Nesse sentido, objetivamos problematizar a produção das lutas como um saber que tem merecido a dedicação de uma ordem discursiva acadêmico,

científico e pedagógico, potencializando-se em conteúdo necessário e desejado pelo campo de saberes em questão. Portanto, a problematização enquanto atitude de produzir problemas nos parece pertinente como meta deste artigo, visto que a produção de conhecimento sobre lutas que se prolifera a partir da Educação Física, tem partido do pressuposto de uma relação naturalizada, ou seja, do entendimento que estabelece entre determinadas práticas e Educação Física um vínculo natural, um pertencimento tomado *a priori*.

Entretanto, a partir de algumas condicionantes que possibilitam a produção das lutas em conteúdo, dentro e fora dos limites escolares, é pertinente perguntarmos: *como e por que* tais práticas tornam-se um dos objetos de desejo, ao mesmo tempo, capturados e constituintes da Educação Física brasileira? Afinal, é notável que as lutas têm assumido espaço privilegiado nos diferentes currículos referentes à Educação Física, pois têm conquistado considerável visibilidade em referenciais pedagógicos. Além disso, elas vêm sendo problematizadas em diferentes materiais provenientes de universos acadêmicos e científicos que se dedicam, por exemplo, à sistematização de seu ensino tanto como conteúdo escolar, quanto referentes ao trato específico por modalidades determinadas. Tais dimensões que cercam a temática reverberam, entre outros efeitos, a própria maneira que tais práticas compõem disciplinas obrigatórias em currículos universitários, os quais, por sua vez, assumem importante papel na condução da formação do olhar profissional para determinadas práticas.

Método

Problematizando lutas, educação física e currículo

Objetivamente, não pretendemos com este artigo avaliar nem trazer novas propostas de classificação ou intervenção no modo pelo qual as lutas devam ser entendidas. Mas, sim, destacar e descrever alguns aspectos contingentes e inventivos que condicionaram sua produção enquanto objeto de perspectivismos acadêmicos, científicos e pedagógicos.

Para que isso seja possível, tomamos como primeiro passo escapar do fluxo pelo qual as abordagens ao assunto tendem discorrer, assumindo o ato de pesquisa

como um constante exercício de estranhamento. A partir daí, diríamos que o fator motivante deste exercício de pensamento, como considera FOUCAULT¹⁶, consiste na curiosidade de ver “como estes problemas de constituição podiam [ou podem] ser resolvidos no interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte” (p.7). Queremos dizer que não se trata de buscarmos a natureza das lutas na Educação Física, a partir de relações exercidas em causa e efeito. Pelo contrário, tratar-se-á aqui da tentativa de evidenciarmos uma pequena parte da complexidade com que esta área de conhecimento fabrica os saberes aos quais se dedica.

Nessa perspectiva, nos dedicamos a operar com uma noção de problematização enquanto postura diante do ato de pesquisa. Localizamos, então, a forma pela qual operamos a construção deste artigo como resultado de um perspectivismo teórico-metodológico influenciado por uma concepção de história desenvolvida no referencial foucaultiano. Leituras que caracterizam “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”¹⁶ (p. 7). Assumimos, então, a função de desestabilizar o modo com que determinadas práticas sociais têm se relacionado com a Educação Física enquanto um campo de saberes sobre o corpo e seu movimento, transformando-se muitas vezes em objetos a serem conhecidos, discutidos, esquadrihados, pedagogizados e escolarizados.

Assim, destacar e descrever como as lutas se constituem em conteúdo implica um movimento analítico sobre as condições que as tornaram e ainda as tornam passíveis de uma ordem discursiva sobre a qual a Educação Física se sustenta. Exercício que se dá a partir do reconhecimento de que estas práticas corporais se materializam de múltiplas maneiras, dentro de uma trama histórica caracterizada por lógicas distintas que as organizam em saberes específicos de determinados domínios de conhecimento. Tratamos, então, de acompanhar os mecanismos externos e internos do funcionamento discursivo, que por meio de relações de controle e poder tornam-se potencialmente produtivos. Desse modo, o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder pelo qual nos queremos apoderar”¹⁷ (p. 10). Considerarmos a relação curricular que a Educação Física tem estabelecido com as práticas de lutas, por essa perspectiva, implica reconhecermos no funcionamento discursivo as potencialidades produtoras e reguladoras que às compõem em um mesmo arranjo. Desse modo, buscamos, portanto, os regimes de verdade que produzem o tema, ao mesmo tempo em que regulam o que pode ser dito e pensado sobre ele em determinado momento. Com isso, notamos que as práticas de lutas não escapam da problemática da verdade. São as disputas pelo reconhecimento de definições verdadeiras que as posiciona dentro desse campo de saberes no qual tendem potencializá-las¹⁸.

Diante disso, consideramos que ao assumirmos que as condições de possibilidades desse saber são fabricadas por jogos discursivos que disputam esgotar o assunto em considerações “verdadeiras”, desestabiliza os modos de produção pelos quais determinadas práticas corporais recebem o *status* de conteúdos. Mais que isso, nos coloca diante “da análise da constituição histórica de articulações que fazem emergir, transformar ou desaparecer esse ou aquele objeto”¹⁹ (p. 67).

A fim de ativar um exercício de desconfiança sobre a produção de tais verdades, lançamos mão da noção de problematização entendida como atitude de pesquisa. Nesse sentido, problematizar torna-se a ação de produzir problemas, especificamente, trata-se de pôr em xeque o pertencimento das lutas a determinado campo de saber. Para isso, nos dedicamos a um *corpus* de análise composto por um conjunto de textos, assumindo-os como acionadores de uma parte dos enunciados constituintes dos mecanismos de captura e invenção pelo qual algumas práticas sociais tornam-se objeto de uma ordem discursiva acadêmica, científica e pedagógica. Tais textos indicam a existência de um jogo de regras contingentes que evidenciam a maneira descontínua e dispersa pela qual a Educação Física produz seus saberes e conteúdos, ao mesmo tempo em que constitui a si própria.

De acordo com FOUCAULT²⁰, o enunciado não se restringe a frases ou parágrafos. Mesmo que o *corpus* de análise seja composto por frases, excertos e textos, os mesmos foram considerados pela função enunciativa que exercem, ou seja, “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p.98). Segundo FISCHER²¹, o enunciado não constitui em si mesmo uma unidade, pois se encontra na transversalidade das frases e dos atos de fala. Os textos analisados neste estudo assumem o papel de materialidade específica pela qual se torna possível visualizar a emergência de determinado saber como produto de mecanismos discursivos.

Desse modo, a problematização que propomos se sustenta no manuseio das materialidades textuais demonstradas no QUADRO 1 abaixo, além da análise de textos publicados em periódicos de circulação nacional como: (1) Revista Brasileira de Ciências do Esporte; (2) Movimento; (3) Pensar à prática; (4) Motriz; (5) Motrivivência; (6) Revista da Educação Física (UEM).

QUADRO 1 – Composição do *corpus* empírico analisado.

TÍTULO/FONTE	AUTORIA	DESCRIÇÃO DA FONTE
Revista de Educação Física: 1) Artes Marciais Japonêsas: karatê; 2) Vale Tudo	1) Cap. Ox Paschoal FILHO; 2) Cap. Horácio Santos	A Revista de Educação Física foi um dos primeiros periódicos de circulação nacional dedicado à discussão de temáticas da área. Em suas primeiras edições, ainda vinculada ao contexto militar, encontram-se artigos referentes às práticas de lutas.
Metodologia do Ensino da Educação Física	Coletivo de autores	Obra publicada em 1992 que marca a teorização didático-metodológica da Educação Física brasileira com base em orientações críticas.
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	Ministério da Educação	Trata-se de um conjunto de documentos elaborado na década de 1990 com o objetivo de subsidiar a elaboração curricular dos Estados e municípios, bem como a prática pedagógica dos professores da educação básica e do ensino médio.
Revista Educação Física	Conselho Federal de Educação Física (CONFEF)	Revista de circulação nacional vinculada ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), é direcionada aos profissionais da área.

Tais materialidades foram consideradas por suas potencialidades discursivas, entendidas como práticas de significação e produção de sentidos. Tanto as fontes descritas no QUADRO 1, quanto os textos acessados pelo levantamento temático sobre lutas, com base em seus títulos e resumos,

não pretendem representar uma totalidade analítica. Ainda que não resultem de uma revisão sistemática, as fontes indicadas nos possibilitam a caracterização da proliferação de sentidos que articulam o tema lutas aos domínios curriculares da Educação Física e condicionam seu constante exercício inventivo.

Resultados e discussão

Sobre capturas: como produzir um conteúdo?

Atualmente, é possível afirmarmos que as lutas são práticas corporais aceitáveis e necessárias para composição do conjunto de saberes que caracteriza a Educação Física. Também, não nos causaria estranhamentos reconhecê-las enquanto manifestações da cultura corporal, condição que as fazem merecer uma dedicação especial, um espaço no qual o tema possa ser classificado e debatido, da mesma maneira pela qual se caracteriza outras manifestações da cultura corporal, ou cultura do movimento humano, como as ginásticas, as danças, os jogos e os esportes. Entretanto, ao mesmo tempo em que podemos confirmar sua relação de pertencimento à Educação Física, é difícil, ou até impossível, definirmos o que são. Sabemos que as lutas ocupam um espaço temático dedicado especificamente a conhecê-las, organizá-las e delimitá-las em conteúdo ou bloco temático, porém, as margens que as separam das

ginásticas, das danças, dos jogos e dos esportes, por exemplo, parecem exibir contornos borrados ou quase inexistentes.

A Educação Física vem se constituindo no Brasil enquanto um campo de saberes em torno do corpo humano em suas múltiplas instâncias. Seu surgimento está imbricado na construção de uma concepção de cuidado com o corpo, noção criada a partir de um pensamento médico e higienista, preocupado com a prevenção e manutenção da saúde, desde seus aspectos biológicos até a produção de um corpo social. Em seu livro *Educação Física: raízes europeias e Brasil*, SOARES²² dedica-se à emergência da Educação Física enquanto:

mais uma forma de intervenção na realidade social, [...] que, já no século XIX, chega aos foros científicos com seu conteúdo médico higiênico e com sua forma disciplinar voltada ao corpo biológico (individual) para, a partir dele, moralizar a sociedade, além de “melhorar e regenerar” a raça (p. 32).

A partir da discussão apresentada pela autora, a Educação Física foi assumida como uma forma de educação na realidade ocidental, esse modo de intervenção é condensado, institucionalizado e sistematizado pela influência dos movimentos ginásticos e do fenômeno esportivo. Pautada num contexto histórico-cultural europeu dos séculos XVIII e XIX, ela aparece no Brasil entrelaçada às instituições médicas e militares. No entanto, é importante atentarmos que essa relação não é definitiva em sua constituição histórica. Alguns atravessamentos políticos e educacionais fizeram com que o discurso médico-higienista perdesse força em detrimento de um ideário perpassado pelo fenômeno esportivo, que já possuía um reconhecimento social importante no país, em meados do século XIX. Assim, tendo seu início oficial nas propostas curriculares das escolas brasileiras em 1851, a Educação Física viraria o século abarcando outras tendências, como a inserção do esporte enquanto conteúdo escolar. Conteúdo que se consolida a partir de concepções como o Método Esportivo Generalizado, pautado no método Francês, baseado em movimentos ginásticos e em esportes individuais e coletivos²³.

Tendo em vista as continuidades e rupturas dos acontecimentos que constituem a Educação Física brasileira podemos acentuar as primeiras conexões que produzem o aparecimento das lutas como parte pertencente a este conjunto de saberes. Ao atentarmos a obra de BETTI²³ percebemos que as atividades que reconhecemos hoje por lutas aparecem como um dos elementos que constituem o sistema de ginástica alemão, dentro de um programa que compreendia corridas, saltos, arremessos, entre outras práticas. Com o objetivo de propagar novos hábitos de vida, de formar corpos fortes e resistentes, seguindo a lógica médica e higienista, essas práticas aparecem sempre associadas à ação guerreira, ao combate e à construção de um corpo forte e resistente.

Porém, nesse contexto, não podemos dizer que o interesse em agregar as lutas à Educação Física se dá apenas por seus aspectos ginásticos. Essas práticas, em sua superfície de emergência, apresentam-se sob a luz de uma configuração esportiva. É assim que elas aparecem como parte dos primeiros currículos oficiais de cursos de formação de instrutores/professores²⁴. De acordo com SOEIRO e CUNHA²⁵, os “primeiros esforços de criação de uma instituição específica para a formação de instrutores/professores de educação física verificam-se com a fundação de uma Escola de Esgrima, com sede no Batalhão de Caçadores

(Quartel da Luz em São Paulo)” (p.73). Tanto o curso de Educação Física e Desporto da UFRJ, que durante muitos anos foi referência para criação de diretrizes para os cursos universitários brasileiros²⁶, como também a Escola de Educação Física da UFRGS, uma das mais antigas graduações do país, ofereciam nos seus primeiros currículos a disciplina “Desportos de Ataques e Defesas”²⁴ (p. 190).

Na condição de desportos, as lutas ganham visibilidade nos currículos de formação de professores. Tornam-se disciplinas referentes ao ensino de modalidades já reconhecidas socialmente e caracterizadas pelas experiências práticas e conhecimentos de quem as lecionavam. O aparecimento das lutas como um saber da área acontece por um exercício de captura, ou seja, está articulado a uma seleção de práticas aceitáveis e desejáveis para compor esse campo de conhecimento sobre o corpo. Para exemplificarmos, o excerto que segue provém de uma das primeiras publicações sobre o tema no país e indica o modo pelo qual algumas modalidades passaram a fazer parte de um conjunto de saberes institucionalizado pelos cursos de formação.

Estávamos em visita a uma academia de KARATÊ, sita em S. Paulo, na Rua Quintino Bocaiúva. Admirados pelo que observamos, resolvemos escrever êste artigo, já que somos partidários da introdução e disseminação em nosso Exército, em larga escala, dos desportos de combate²⁷ (p. 7).

Esse exercício de captura compõe uma forma marcante de se vincular determinadas práticas sociais ao movimento de construção de um campo de saberes sobre o corpo humano e seus modos de movimentar-se. As lutas, como demonstra o excerto anterior, ganha acesso a esse movimento por duas vias. A primeira chama atenção por seus aspectos disciplinares e por seu treinamento físico rigoroso, demarcados tanto pelo comportamento moralizado que as caracterizam, como por um modelo de corpo idealizado de seus praticantes. Já como segunda via, podemos apontar a potencialização de um reconhecimento esportivo, evidenciando o caráter competitivo dessas práticas.

Portanto, vê-se atendidas duas das principais correntes constituidoras da Educação Física brasileira: ginástica e esportiva. Tais características fizeram das lutas um interessante veículo para educação do corpo, um instrumento pedagógico formalizado em conteúdo e componente de um campo de saber institucionalizado. Sem

estranhamentos, elas foram tomadas como algo importante e necessário a se conhecer, ao mesmo tempo em que atendem os objetivos de tornar o corpo mais apto e disciplinado. Com a frequência de seu aparecimento nos currículos de formação de instrutores e professores da área, as lutas assumem um espaço de conteúdo, tornam-se um saber tido como pronto e parece não provocar desconfiças quanto ao lugar que passam a ocupar.

Temos, assim, as lutas como uma peça interessante do “quebra-cabeça” das práticas que compõe a história da Educação Física. Ao atentarmos para o surgimento desse *status* acadêmico, científico e pedagógico atribuído a essas práticas, de certa forma, desestabiliza a tranquilidade com a qual elas passam a ser tratadas no presente. Seu aparecimento na condição de saber, através da seleção de modalidades já existentes e com organização própria, indica uma relação de pertencimento construída através de um exercício de captura de práticas condizentes com os ideais e aspirações que sustentavam os cursos de formação nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Tal aspecto possibilita um destaque: se por um lado, o que tornou as lutas visíveis à Educação Física foram suas características disciplinadoras e competitivas, por outro, caberia suspeitarmos acerca de como essas práticas se transformaram em conteúdo e se mantêm em currículos e referenciais pedagógicos na atualidade, se essas características já não são tão bem vistas como outrora?

Na esteira dessa suspeita destacamos, também, o caráter arbitrário com que tal exercício de captura se punha a funcionar. A seleção de modalidades não se deu de forma indeterminada. Não era qualquer prática caracterizada pelo embate físico que poderia ser reconhecida como luta. No contexto militarista, por exemplo, a capoeira não era bem vista. Um artigo, também, da Revista de Educação Física, publicada em 1933, explana a necessidade de institucionalização de uma luta de caráter nacional, que exprimisse as tendências “naturais” do brasileiro lutar: a luta livre.

Raciocinemos um pouco, quais são as tendências naturais dos brasileiros, quando põe em jogo seus meios de defesa? Qual a luta mais própria para ser desenvolvida no Brasil? Sei que todos responderão que é a capoeiragem, com o que não estou de acordo, porque acho que ela está fora das tendências naturais de nossa gente!²⁸ (p. 29).

Não bastava ser uma prática de combate físico, era indispensável ser útil. Utilidade esta, definida por atividades que contemplassem a defesa corporal,

o exercício físico e possuíse aspectos característicos dos esportes, como regras determinadas e igualdade entre adversários. Em todo caso, os excertos demonstram uma relação marcada por captura. A ânsia por modalidades que atendessem determinadas expectativas assinala a construção de um campo de saber que se põe a serviço de legitimar certa conduta de corpo e de movimento, antes mesmo de produzi-la. Assim, as lutas passam a ganhar espaço no exercício intelectual, não apenas no exército, mas se propagando pelas primeiras instituições civis de formação de instrutores/professores como manifestações corporais acabadas, selecionadas alhures e acomodadas em espaço legítimo de produção de conhecimento. Temos, com isso, a operação constitutiva dos primeiros arranjos que demarcam as primeiras amarras em torno das lutas e da Educação Física, logo materializada em disciplina dos cursos de formações intitulada Desportos de Ataques e Defesas.

Sobre invenções: lutas e suas “verdades”

Como vimos, práticas já estruturadas e reconhecidas socialmente são capturadas e acomodadas dentro de um campo de saberes interessado na pedagogização de movimentos dedicados a disciplinar o corpo humano. Mas, será esse modo de pensar as lutas, definitivo? Com base nos excertos analisados, parece inviável estabelecer uma linearidade histórica no modo de pensá-las como um saber essencialmente compatível à Educação Física. As concepções produzidas sobre elas, na atualidade, acompanham outras formas de pensamento, bem como outras possibilidades de produzi-las.

A obra elaborada sob o título *Metodologia do ensino da Educação Física*²⁹, em 1992, demarca um período importante para os modos de pensamento e põe em xeque a maneira pela qual esse campo de saberes vinha se constituindo até então. Dedicados às perspectivas orientadoras da Educação Física escolar, os autores questionam se os objetivos da mesma deveriam culminar no desenvolvimento da aptidão física, do movimento técnico propagado pela referência ginástica e esportiva. E, por conseguinte, propõem um trato reflexivo sobre o movimento humano. Simultaneamente às discussões geradas, a obra possui uma característica legitimadora de determinadas práticas corporais, ao fixarem a importância de serem pensadas e propagadas através de um ensino formal e devidamente sistematizado.

Com efeito, as lutas ganham um trato específico formatando-se em bloco de conteúdos. Equivalentes a outras manifestações sociais indicadas, elas integram *status* de saber legítimo da Educação Física. São assumidas enquanto conteúdo escolar, na condição de “temas da cultura corporal”²⁹ (p. 18), ao mesmo tempo em que se distinguem dos jogos, da ginástica, das acrobacias, da mímica e do esporte. São apontadas como práticas específicas, independentemente de características que as aproximavam dos esportes ou da ginástica. Nessa obra, elas constituem um tema, dão sentido a uma cultura corporal, falam por si só, são lutas.

Este livro expõe e discute questões teórico-metodológicas da Educação Física, tomando-a como matéria escolar que trata, pedagogicamente, temas da cultura corporal, ou seja, os jogos, a ginástica, as lutas, as acrobacias, a mímica, o esporte e outros. Este é o conhecimento que constitui o conteúdo da Educação Física²⁹ (p. 18).

Os autores deste documento permitem outra maneira de enxergar tais práticas. Da mesma forma que se questiona os valores educativos da Educação Física, também, há a preocupação em lançar outros olhares sobre os saberes que a constitui. As lutas, tomadas inicialmente como instrumento disciplinador de um modelo de corpo forte e saudável, passam a ser problematizadas por um movimento oposto, ou no mínimo incompatível, ao qual construiu sua condição de conteúdo. Compõem um objeto a ser teorizado e passam a consistir um conhecimento pertinente aos domínios curriculares da Educação Física. Portanto, são assumidas enquanto saberes legítimos e que merecem um entendimento para além dos aspectos que as restringiam à técnica, ao utilitarismo biológico e ao esporte. Nessa perspectiva, vemos, por exemplo, a valorização da capoeira como prática representativa da cultura brasileira. Vista agora como uma atividade educativa, acaba por assumir considerável visibilidade ao constituir o bloco temático das lutas, demarcando uma grande diferença da perspectiva que a reconhecia apenas pelo exercício de sua negação.

Em seu conjunto de gestos, a capoeira expressa, de forma explícita, a voz do oprimido na sua relação com o opressor.

Seus gestos, hoje esportivizados e codificados em muitas “escolas” de capoeira, no passado significavam saudade da terra e da liberdade perdida.

A Educação Física brasileira precisa, assim, resgatar a capoeira enquanto manifestação

cultural, ou seja, trabalhar com a sua historicidade, não desencarná-la do movimento cultural e político que a gerou. O mesmo alerta vale nos meios da Educação Física, inclusive para o judô que foi, entre nós, totalmente despojado de seus significados culturais, recebendo um tratamento exclusivamente técnico²⁹ (p. 76).

Além disso, os *Parâmetros Curriculares Nacionais*³⁰ também aparecem como documento que reforça a ideia de pertencimento legítimo das lutas ao considerá-las em suas proposições curriculares. Neles, tais práticas são mencionadas como mais um elemento da cultura corporal de movimento e destacadas enquanto um bloco de conteúdo específico como nos mostra o excerto.

Dentro desse universo de produções da cultura corporal de movimento, algumas foram incorporadas pela Educação Física como objetos de ação e reflexão: os jogos e brincadeiras, os esportes, as danças, as ginásticas e as lutas, que têm em comum a representação corporal de diversos aspectos da cultura humana³⁰ (p. 28).

Dessa maneira, as lutas ganham um *status* singular diante de outros temas. São classificadas, individualizadas em um bloco denominado lutas. A elas são endereçados cuidados específicos. Tratos pedagógicos, definições e conceitos são elaborados, a fim de formalizá-las como um saber compatível ao espaço de prática pedagógica, acadêmica e científica que caracteriza a Educação Física.

As lutas são disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica, a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade³⁰ (p. 49).

Temos, assim, uma formação discursiva em movimento que traz à baila outro perspectivismo sobre a Educação Física em geral, mas que, especialmente sobre as práticas de lutas, tem efeitos interessantes a serem destacados neste artigo. De acordo com FOUCAULT²⁰, uma formação discursiva é um conjunto de enunciados caracterizados por um sistema semelhante de dispersão, ou seja, quando entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas é possível identificar uma regularidade. Nesse sentido, o contexto histórico no qual é produzido o Coletivo de Autores e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) evidencia um perspectivismo pedagógico e educacional, que

se difere do caráter biologicista e esportivo que vinha protagonizando a condução das práticas da Educação Física no Brasil.

As lutas, na condição de bloco temático, consistem em uma formação discursiva que não só permite circunscrever um conjunto de práticas sob determinada classificação, como sua própria invenção. Trata-se, sobretudo, de um movimento paradoxal que a constante tentativa de descrever e classificar práticas implica. O insistente exercício descritivo da realidade, reverberado das fundações do pensamento ocidental moderno e incorporado pela Educação Física enquanto um domínio de conhecimento, possibilitou não só a atribuição de sentidos distintos às mesmas práticas, como suas próprias produções. Ao mesmo tempo em que a identificação das lutas como bloco temático às difere de outros como o esporte, a dança ou a ginástica, percebemos o alargamento de um espaço de incertezas que é consideravelmente produtivo. Ainda que tal indicação possa remeter à impossibilidade de definição do que são mesmo as lutas enquanto componente curricular da Educação Física, vemos a dedicação sobre as mesmas como problematizações condicionantes de uma potencialidade inventiva, tanto das possíveis leituras de determinado objeto, quanto das próprias maneiras de praticá-las.

Portanto, a (re)produção das lutas enquanto práticas “naturais” ou imanentes à Educação Física, não se limita ao constante exercício de pedagogizá-las, tornando-as conteúdos formais. Essa condição possibilita que sejam entendidas como elemento da cultura corporal que, por sua vez, amplia o universo das possibilidades de pensá-las, bem como as mantém na condição de componente constituinte desse campo de saberes.

Entretanto, a potencialização de um entendimento naturalizado dessa relação de pertencimento de algumas práticas sociais à Educação Física, como é o caso das lutas, não se restringe aos investimentos implicados em discutí-las como objeto de produção do conhecimento. Alguns efeitos de tais problematizações ultrapassam as margens do campo científico e chegam, por exemplo, ao campo jurídico, na tentativa de regular e legitimar de forma definitiva tal relação de pertencimento. Assim, não basta dar às práticas de lutas um trato pedagógico, evidenciar seus aspectos esportivos, elaborar conceitos ou levá-las para dentro da escola. É preciso provar sua legitimidade. A criação de um Conselho Federal de

Educação Física através da lei nº 9.696/98, entre outros objetivos, fortaleceu essa preocupação. Com o propósito de demarcar uma área profissional e designar o título de Profissional de Educação Física como único a estar autorizado a atuar nela, ativa outra dimensão de problematizações. Vemos surgir com isso, um tensionamento que não se restringe às tentativas de moldar determinadas práticas corporais em saberes sistematizados e adequados às delimitações acadêmicas, científicas e pedagógicas. Práticas como as lutas, passam a ser o centro de uma disputa entre o que aquilo deve ser considerado legítimo da Educação Física e o que está fora do seu domínio.

Nesse contexto, há o surgimento de alguns argumentos, por parte do Conselho Federal de Educação Física, com objetivo de regulamentar tais práticas. Com relação às lutas, além de tornar a reforçar a ideia de que são modalidades esportivas, questionam a qualificação profissional dos mestres (instrutores de determinadas práticas de lutas) e lutadores que transmitem este conhecimento. Assim, a partir do momento que essas práticas são consideradas atividades físicas e esportivas, o domínio de habilidades técnicas e de execução de movimentos de seus praticantes não é o suficiente para que sejam entendidas como uma atividade profissional socialmente reconhecida. É necessário que se tenha formação em Educação Física, pois ela, enquanto campo de saberes sobre o corpo e seu movimentar-se, abarcaria as práticas de lutas, detendo a autoridade sobre o que pode, ou não, ser dito ou praticado com relação a elas.

O apelo desenfreado ao culto do corpo fez proliferar nos últimos anos uma verdadeira indústria, no que diz respeito à prática da atividade física, em âmbito nacional. Homens e mulheres passaram a ser alvo de uma grande campanha publicitária, quase uma exigência de modelação corporal, o que nada tem a ver com a essência da atividade física e sua relação de vida saudável. Este fenômeno atingiu também as práticas de Lutas e Artes Marciais, e teve como consequência o aumento, incontável, do número de academias e a afluência indiscriminada de pessoas não qualificadas ministrando as diversas modalidades de lutas. Ainda nesse contexto, muitos dessas pessoas até apresentavam algum domínio do ponto de vista da habilidade técnica na execução do gesto motor, em sua especificidade, mas, por outro lado, careciam dos demais requisitos básicos

(pedagógicos, científicos, éticos profissionais) para uma atuação de qualidade.

A regulamentação da Profissão de Educação Física, com a criação dos Conselhos Federal e Regionais, surgiu, justamente, para disciplinar todas as práticas na área das atividades físicas³¹ (p. 3).

Argumentos como esse, fizeram emergir tensionamentos importantes que produzem e colocam em funcionamento outros aspectos da disputa por verdade acerca das lutas. Se até então a apropriação dessas práticas pela Educação Física vinha se constituindo sem grandes desconfiças através das correntes ginásticas e esportivas, e mais adiante, pela sua inserção em propostas curriculares escolares, a tentativa do CONFEF/CREF de demarcar e restringir as lutas às supostas delimitações da Educação Física reforça a percepção naturalizada dessa relação de pertencimento. Temos, com isso, não apenas a ideia de captura de determinadas práticas sociais ou manifestações corporais, afim de que essas componham um campo de saberes. Mais do que isso, o movimento de deliberar sobre quem possui autoridade sobre determinadas práticas, indica a exclusão ou ilegitimidade de todas outras possibilidades de se pensar, falar e, principalmente, praticar as lutas que não tenham passado pelo filtro pedagógico, acadêmico e científico que sustenta a Educação Física.

Como exemplo disso, o excerto a seguir, retirado de GONÇALVES JUNIOR e DRIGO³², em um dos artigos pioneiros sobre essa discussão, utiliza um trecho do Manifesto Nacional das Confederações Brasileiras de Lutas e Artes Marciais ao Conselho Federal de Educação Física (CONFEF). Nele, podemos ver um exercício de resistência à absorção dessas práticas, entendidas como manifestações artísticas e culturais, por um campo de saber específico. Porém, mesmo estabelecendo uma disputa de forças em oposição à Educação Física, as lutas aparecem numa condição equivalente às modalidades esportivas organizadas e reconhecidas socialmente.

Enfatizamos ser de absoluta e exclusiva prerrogativa das Confederações Brasileiras de Lutas e Artes Marciais, a formação técnica daqueles que atuam no ensino de tais modalidades [...].

Chamamos a atenção do CONFEF para a existência de raríssimos mestres e doutores aptos ao ensino das lutas e artes marciais nas faculdades de educação física, e ainda que o tivéssemos, estaríamos condicionados ao oferecimento opcional de todos estes desportos

nas grades curriculares por parte das respectivas faculdades. Com isto pretendemos fundamentar o grande risco existente para a sobrevivência de tais desportos praticados por milhões de brasileiros³² (p. 132).

Sem questionarmos a consistência dos argumentos, notamos o desenho de uma batalha que não se apoia apenas na tentativa da definição de quem, verdadeiramente, possui “propriedade” sobre essas práticas. Destacamos aqui o caráter inventivo pelo qual as lutas se tornaram o que são hoje para Educação Física. Da emergência como um objeto de desejo para o arranjo curricular de determinado campo de saberes ao movimento que tenta regulamentá-las, é possível reconhecermos a disputa produtiva que funciona em torno da fabricação de verdades sobre elas. São por verdades inventadas, ou seja, tentativas de determinar modos mais apropriados que outros de referir-se a elas que as colocam em evidência, tanto na condição de práticas sociais quanto de objetos a serem capturados e analisados pelas lentes pedagogizantes da Educação Física.

O exercício constante de construção de diferentes percepções cria definições, nomenclaturas, classificações que, entre jogos de força, podem se tornar inquestionáveis. É por esse jogo que as lutas se mantêm nos currículos de formação profissional e, atualmente, ocupam espaços específicos nas propostas curriculares da Educação Física escolar. O conjunto de condicionantes expostos ao longo deste artigo demonstra boa parte do arranjo pelo qual as lutas se consolidam como conteúdo. No entanto, percebemos que as características disciplinares e competitivas, que justificaram a captura de determinadas práticas, parecem insuficientes frente aos atuais investimentos dedicados em (re) significá-las através de diferentes processos pedagogizadores para, então, legitimá-las como práticas educativas. Se em algum momento o que as mantinham em evidência no exercício da produção de conhecimento da Educação Física eram suas características de práticas prontas, modalidades esportivas ou, até mesmo, a disputa sobre se pertenciam ou não a esse campo de saberes, agora, o que se discute é como elas devem ser ensinadas. Podemos dizer, então, que a prática de significação das lutas ganha ênfase em outra dimensão, passando a proliferar verdades acerca das abordagens metodológicas de seu ensino, assim como outras formas de pedagogizá-las. Com relação aos currículos escolares e acadêmicos, isso implica efeitos consideráveis que afetam desde

o ganho de visibilidade das lutas em propostas e documentos curriculares, até o condicionamento do entendimento que professores e alunos constroem sobre tais práticas.

Em suma, analisarmos esse arranjo constitutivo sob a ótica da produção de verdades trata-se de um exercício de desestabilizar associações, “tranquilamente” realizadas, entre determinadas práticas ou objetos e seus supostos campo de saberes, bem como o caráter arbitrário pelo qual essas relações são produzidas. Como diria FOUCAULT³³:

o conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento (p. 16).

Por jogo semelhante, podemos dizer que as práticas de lutas são produzidas, reguladas e conduzidas pela Educação Física no interior de uma vontade de verdade¹⁶ acadêmica, científica e pedagógica. É a disputa pelo “o que são?”, “a quem pertencem?” e “como devem ser?” que as mantêm em evidência. Uma batalha de ordem discursiva, pela qual se autoriza e pondera quem e o que pode ser dito sobre o assunto. Nesse sentido, ao dizermos que a batalha que produz as lutas como saber da Educação Física está na ordem do discurso científico, indica uma disputa regulada por um jogo de estratégias e regras que atribuem ou deseja atribuir a essas práticas um *status* científico. Para CANDIOTTO³⁴, “a ordem do discurso é o critério normativo para impor significações, identificar, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, o que é delirante e o que é racional, nada mais do que um modo de operar separações” (p. 51).

Diante disso, tentamos colocar em xeque uma percepção naturalizada da relação de pertencimento de algumas práticas sociais, como as lutas, às delimitações do conhecimento que constitui determinado campo de saber. Por meio do exercício de problematizá-las, percebemos que é por uma vontade de verdade acadêmica, científica e pedagógica que a Educação Física captura as lutas, bem como outras práticas ao mesmo tempo em que inventa formas de pensá-las e praticá-las.

Para não encerrar o assunto

Buscamos, nesse movimento, destacar algumas condicionantes que tornaram possível a produção das lutas em conteúdo da Educação Física, visando problematizar uma relação de pertencimento, frequentemente, tomada como efeito de um processo natural. Como continuidade histórica inevitável e previsível. Estendemos tal provocação a outras práticas sociais que em momentos determinados têm sido capturadas pelos enunciados pedagógicos, acadêmicos e científicos que constituem a Educação Física, como se desde sempre a ela pertencessem sem conflitos nem interesses. Nesse sentido, podemos citar como alguns exemplos os casos da dança, dos esportes radicais, das atividades de aventura e das práticas corporais na natureza.

No caso das lutas, destacamos que seu surgimento através do interesse militar até sua inserção como conteúdo escolar, mesmo que sofrendo algumas rupturas no seu entendimento, está atravessada por um constante exercício pedagogizante. Ao assumi-las como alvo de discussões sobre o que “verdadeiramente” são, a quem “realmente” pertencem e como “devem/deveriam ser” na composição de um conteúdo escolar ou modalidade esportiva, tais práticas são capturadas e, simultaneamente, (re) produzidas como legítimas a determinado campo de saber. O destaque de alguns marcos constituintes dessa relação de pertencimento, como sua apropriação pelas correntes ginásticas e esportivas, sua inserção em currículos de formação, até sua disputa jurídica acerca de seu reconhecimento como mercado de trabalho, aponta para os processos descontínuos e contingentes que as constitui. Ao olharmos o arranjo que retrata os jogos de verdades que as produzem, notamos o caráter inventivo e arbitrário com que algumas práticas referentes ao corpo e seu movimento se tornam inegáveis saberes da Educação Física.

Nesse sentido, reafirmamos a condição deste artigo como mais uma forma de potencializar as lutas como objeto de conhecimento deste campo de saberes dedicado a algumas formas de movimento humano. Não para encerrá-las em argumentos definitivos. Pelo contrário, a ativação de um exercício problematizador serviu para demonstrarmos o quanto a polissemia, a ambiguidade e a indeterminação são produtivas quando se trata de práticas de produção de sentido com relação ao tema: lutas, educação física e currículo.

Abstract

About inventions and captures: fights, physical education and curriculum

Limited by theme about recent constitution of the fights as desired object by school and academic curricula, the aim of this paper is to problematize the fights production as a knowledge which has been worthy of dedication from academic, scientific and pedagogical discursive order. Located in a research movement inspired by Foucault's theoretical framework, was activated an exercise of problematization guided by questions such as: *how* and *why* fights have become part of thoughts of Physical Education? As conclusion, we can observe the condition of fights as a result from captures and inventive process, which makes it work several meanings about his educative aspects. The highlight of some spots belonging to this relationship as the fight's appropriation by gymnastics and sports thought lines, the inclusion of fight's theme in training curricula and the legal dispute over its recognition as labor market indicate discontinuities and contingencies by which such practices constitute itself as an object of knowledge for exercise of knowledge production in Physical Education nowadays.

KEYWORDS: Physic Education; Curriculum; Signifying Practices; Problematization; Fights.

Referências

1. Lopes L, Tavares O. A prática pedagógica dos mestres de caratê da grande vitória (ES). *Pensar a Prática*. 2008;11(1):91-7.
2. Nascimento P, Almeida L. A tematização das lutas na educação física escolar: restrições e possibilidades. *Rev Movimento*. 2007;13(3):91-110.
3. Cazetto F. Lutas e artes marciais na escola: "Das brigas aos jogos com regras", de Jean-Claude Olivier. *Motrivivência*. 2008;20(31):251-5.
4. Gomes M, Morato MP, Duarte E, de Almeida JJG. Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. *Rev Movimento*. 2010;16(2):207-27.
5. Lima Junior H, Chaves Junior S. Possibilidades das lutas como conteúdo na educação física escolar: o confronto em uma abordagem pedagógica com alunos de 6ª série em um colégio estadual do município de Guarapuava-PR. *RBCE*. 2011;2(1):69-80.
6. Silva M, Carvalho M. Análise da suplementação nutricional dos atletas da seleção brasileira de karatê. *RBCE*. 2002;24(1):127-37.
7. Navarro M, Miyamoto N, Ranvaud R. Análise do sistema de validação de pontos no "taekwondo". *Rev Bras Educ Fis Esporte*. 2008;22(3):193-200.
8. Milanez V, Lima MCS, Gobatto CA, Nakamura FY, Cyrino ES. Avaliação e comparação das respostas do esforço percebido e concentração de lactato durante uma sessão de treinamento de caratê. *Rev Ed Física*. 2009;20(4):607-13.
9. Pereira L, Cyrino ES, Avelar A, Segantin AQ, Altimari JM, Trindade MCC, et al. A ingestão de cafeína não melhora o desempenho de atletas de judô. *Motriz: Rev Educ Fis*. 2010;16(3):714-22.
10. Rios G. O processo de esportivização do Taekwondo. *Pensar a Prática*. 2005;8(1):37-54.
11. Thomazine S, Moraes C, Almeida F. Controle de si, dor e representação feminina entre lutadores(as) de mixed martial arts. *Pensar a Prática*. 2008;11(3):281-90.
12. Rodrigues R. Fazer Kendo e pensar a educação do corpo. *Motriz: Rev Educ Fis*. 2009;15(3):648-56.
13. Yonezawa F. Algo se move: um elogio filosófico-ético à prática do combate como arte e educação. *Motriz: Rev Educ Fis*. 2010;16:348-58.
14. Silva T. Currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2010.
15. Silva T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2011.
16. Foucault M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 2009.
17. Foucault M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18ª ed. São Paulo: Loyola; 2009.
18. Foucault M. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes; 2006. 511 p.

19. Candiotto C. Foucault: uma história crítica. *Rev Trans/Form/Ação*. 2006;29(2):65-78.
20. Foucault M. A arqueologia do saber. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2010.
21. Fischer MRB. Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica; 2012.
22. Soares C. Educação física: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados; 2007.
23. Betti M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento; 1991.
24. Trusz R, Nunes A. A evolução dos esportes de combate no currículo do Curso de Educação Física da UFRGS. *Rev Movimento*. 2007;13:179-204.
25. Soeiro R, Cunha R. Evolução contextual do esporte/educação física no período anterior à criação da escola de educação física do exército. *Rev Ed Física*. 2003;127:71-9.
26. Alves Junior E. Discutindo a violência nos esportes de luta: a responsabilidade do professor de educação física na busca de novos significados para o uso das lutas como conteúdo pedagógico. In: XII Encontro Regional de História; 2006 ago 14-18; Niterói, Brasil. Niterói: UFF; 2006. v. 1.
27. Paschoal Filho. Artes marciais japonesas: karatê. *Rev Ed Física*. 1959;28(1):7-8.
28. Santos H. Vale tudo. *Rev Ed Física*. 1933;2(13):28-29.
29. Castellani Filho L, Soares CL, Taffarel CNZ, Varjal E, Escobar MO, Bracht V. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez; 1992.
30. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC; 1997.
31. Conselho Federal de Educação Física. Artes marciais: profissionais e proprietários de academias reconhecem que a sociedade percebe a melhoria da qualidade do serviço prestado nas academias, após a lei 9696/98. *Rev Ed Física*. 2002;3:3-9.
32. Gonçalves Junior L, Drigo A. A já regulamentação da profissão educação física e as artes marciais. *Motriz: Rev Educ Fis*. 2001;7(2):131-2.
33. Foucault M. A verdade e as formas jurídicas. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU; 2002.
34. Candiotto C. Foucault e a crítica da verdade. Belo Horizonte: Autêntica; 2010.

ENDEREÇO

Arisson Vinícius Landgraf Gonçalves
Instituto de Educação da Universidade Federal do
Rio Grande
Rua Forte Santana, 712 – Vila Hidráulica
96203-900 – Rio Grande – RS – BRASIL
e-mail: arissonvinicius@yahoo.com.br

Recebido para publicação: 29/09/2014

1ª Revisão: 27/04/2015

2ª Revisão: 06/11/2015

Aceito: 29/04/2016